

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 103/2009
ATA DA SESSÃO PÚBLICA EM SÃO PAULO – SP
13 DE JANEIRO DE 2010

Aos treze dias do mês de janeiro de 2010, às nove horas e trinta minutos, no prédio da BM & F, Bovespa, situado à Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, foi iniciada a sessão pública da Audiência Pública nº 103/2009, realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme convocação do aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dezoito de dezembro de 2009 e aviso de prorrogação publicado no Diário Oficial da União do dia oito de janeiro de 2010, e também, em jornais de grande circulação nacional e local. A Audiência Pública nº 103/2009 tem o objetivo de colher contribuições sobre o processo de licitação da concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, envolvendo os estudos de viabilidade, as minutas do edital de licitação e do contrato de concessão.

Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; senhora Rafaela Paiva Brandão Lino, secretária da audiência; senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David, respectivamente, Superintendente e Gerente da Superintendência Executiva da ANTT; senhor Carlos Alberto São Tiago Hagström, representante da Procuradoria-Geral da ANTT; e senhores Paulo Lins e Ana Maria Neiva, ambos representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura dos procedimentos da audiência pública, nos termos da Resolução/ANTT nº 3.026/09 e da Deliberação ANTT nº 351/09. Em seguida passou a palavra aos senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David que fizeram, em linhas gerais, a apresentação dos estudos de viabilidade. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária da audiência fez uma breve explanação das manifestações recebidas por ocasião da Consulta Pública nº 002/2009 e também daquelas recebidas previamente, por meio eletrônico, para a Audiência Pública nº 103/2009. Dando seguimento, procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo. Aquelas que apresentaram conteúdo muito extenso foram lidas de forma resumida devido à exigüidade do tempo.

O senhor **Marino Faria**, vereador de Jacareí/SP, cumprimentou o Governo pela iniciativa, solicitou a realização de sessão pública no Vale do Paraíba paulista e informou que o município de Jacareí/SP está receptivo e deseja colaborar com o empreendimento, seja por meio de incentivos fiscais municipais ou para receber uma estação de embarque e/ou oficina de manutenção. A senhora **Aline Genonadio da Silva**, da Congregação do Santíssimo Redentor / Lótus, entregou à mesa contribuição subscrita pelas prefeituras municipais de Aparecida e Potim, Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e Congregação do Santíssimo Redentor, pela qual expressam irrestrito apoio à implantação de toda infra-estrutura necessária à viabilização do projeto em ambos os municípios. O senhor **Oswaldo de Carvalho Neto**, da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, fez contribuições relativas ao desenvolvimento de avaliação estratégica ambiental, plano diretor para campo de marte e plano de garantias do Governo Federal para

o Expresso Aeroporto. O senhor **Arthur de Almeida**, da Spectra Tecnologia, comentou que não se justifica a renúncia à bitola 1,60m e questionou: 1 - como será a transferência de tecnologia; 2 - onde serão os laboratórios; 3 - de quem serão os equipamentos; 4 - qual empresa nacional e quem, no Governo, estão capacitados tecnicamente para análise. O senhor **Eduardo Britto**, do endereço eletrônico ZN na Linha, alegou que São Paulo não precisa de um trem de alta velocidade, mas sim de quatro novas linhas de metrô. O senhor **Marcos Afonso de Oliveira**, da União Geral dos Trabalhadores, manifestou preocupação quanto à empregabilidade. O senhor **João Afonso Freire de Carvalho**, da JAFREIRE Consultoria, alegou que existe divergência entre as extensões de pontes/viadutos e cortes/aterros que constam do material disponibilizado na internet (2ª fase de estudos) e os que constaram da apresentação da ANTT, como também do folder distribuído. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, abordou os seguintes aspectos: 1 – realização de sessão pública na região do Vale do Paraíba; 2 – necessidade de haver uma parada obrigatória do TAV em São José dos Campos; 3 – limitação do poder de decisão do consórcio vencedor. O senhor **Nelson Borges Gonçalves**, da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, fez as seguintes indagações: 1 - como pode ser feito o termo de referência para o EIA/RIMA com um traçado referencial?; 2 - com a estação no Campo de Marte, como foi pensado o deslocamento dos passageiros dentro da cidade?; 3 - como um traçado referencial pode ser aprovado, dentro do edital, pelo TCU? 4 – o Maglev foi considerado como opção?; - 5 mesmo no traçado referencial, as cidades que terão estações consideraram as obras nos seus planos diretores? O senhor **Cláudio Carelli**, da Associação dos Concessionários e Usuários do Aeroporto Campo de Marte – ACECAM, apresentou diversas argumentações contrárias à desativação do aeroporto Campo de Marte e se manifestou favoravelmente ao investimento e implantação do TAV, bem como em outros meios de transporte, desde que não haja prejuízos aos aeroportos do país.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da manhã foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

O senhor **Antônio Carlos de Almeida**, da Prefeitura de Guarulhos, comentou a importância do projeto e colocou o município à inteira disposição dos investidores. Em seguida, comentou o impacto do traçado referencial em uma região industrial da cidade. O senhor **Tarcísio Barreto Celestino**, do Comitê Brasileiro de Túneis, destacou a necessidade de um projeto básico de engenharia para o investimento do TAV antes do início das obras. O senhor **Maurício Jayme e Silva**, da KBKG Advogados, fez questionamentos sobre as gestões e políticas que estão sendo adotadas para aceleração e viabilização das licenças ambientais na realização do projeto. O senhor **Alexandre Atiê Murad**, da Atiê Murad Advogados, perguntou como será realizado o licenciamento ambiental caso uma empresa proponha um traçado específico, com diversas peculiaridades e diferente do referencial, e se isso será considerado na avaliação da proposta. A senhora **Ana Cristina Rodrigues**, da Sennsum, questionou qual área do aeroporto Campo de Marte será destinada ao projeto do TAV, considerando-se a revitalização do entorno. Destacou, ainda, que tal projeto de exploração deverá ser compatibilizado com a manutenção do aeroporto. O senhor **Nelson Borges Gonçalves**, da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, manifestou preocupação com o fato de todos os estudos ambientais serem baseados em um traçado referencial, o qual pode ser modificado pela proponente. Assim, considerando que um novo traçado poderia ensejar reavaliação ambiental e social, questionou qual seria o posicionamento do Tribunal de Contas da União. O senhor **Carlinhos Almeida**, Deputado Estadual de São Paulo, manifestou apoio ao projeto, pontuando a necessidade de

preservação do banhado de São José dos Campos e de realização de sessão pública na região do Vale do Paraíba. Por fim, sugeriu que nos estudos de impacto sócio-ambiental fosse incluído um trabalho de qualificação profissional e de requalificação de trabalhadores do setor rodoviário. O senhor **Wagner Ocimar Balieiro**, vereador de São José dos Campos/SP, também destacou a necessidade de preservação do banhado do município que representa e solicitou a realização de sessão pública na região do Vale do Paraíba. O senhor **Braz Gonçalves da Silva**, munícipe de São José dos Campos, reforçou a necessidade de sessão pública no Vale do Paraíba, além de solicitar uma estação em sua cidade, com a preservação do banhado. O senhor **Jean Carlo Pejo**, da J.C.PEJO Consultores Associados, questionou se os licitantes perdedores poderão recorrer administrativamente, em caso de não aprovação do projeto básico. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, destacou a necessidade de o Estado brasileiro preservar o interesse público e definir as diretrizes para o concessionário, em particular as exigências de segurança do traçado que atendam aos objetivos da contratação, sem perda de viabilidade do empreendimento. Destacou, por fim, a necessidade de uma estação no Vale do Paraíba, e que essa definição não fique a critério dos proponentes. O senhor **Eduardo Britto**, do endereço eletrônico ZN na Linha, reiterou sua manifestação escrita entregue à mesa anteriormente. O senhor **Roland Krüger**, da Max Böegl, falou sobre a empresa alemã representada por ele, destacou vantagens do sistema Maglev e fez questionamentos sobre exigências do edital. O senhor **Marino Faria**, vereador de Jacareí/SP, abordou questões relativas à desapropriação e requereu que, no edital, fique clara a responsabilização do concessionário pelos transtornos causados à população com a construção de túneis e passagens de nível. O senhor **Dalton Ferracioli**, da Prefeitura de Jacareí/SP, destacou as vantagens do referido município e, em nome do Prefeito, informou que a cidade está inteiramente à disposição para viabilizar o empreendimento. O senhor **Arthur de Almeida**, da Spectra Tecnologia, teceu comentários sobre os desafios do desenvolvimento tecnológico, destacando que várias questões (entre elas a bitola) devem ser consideradas no edital se houver preocupação com a transferência de tecnologia. O senhor **Alcemir Palma**, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, falou sobre a necessidade de se consultar a população de São José dos Campos para a definição do local da estação. Após, perguntou qual será a política da Agência na definição de tarifas, especialmente como ocorrerá o controle social, ou seja, como o usuário poderá opinar sobre essa definição a médio ou longo prazo. Por fim, solicitou que seja realizada audiência pública de análise do EIA/RIMA no Vale do Paraíba. O senhor **Walter Félix**, do Sindicato dos Profissionais da Aviação de Pequeno Porte, discursou sobre a importância social e ambiental da preservação do aeroporto do Campo de Marte. O senhor **Apostole Lázaro Chryssafidis**, da Associação Brasileira de Transportes Aéreos Regionais – ABETAR, cumprimentou a Agência e o Governo pelo projeto de extrema relevância regional e nacional, uma vez que o trem de alta velocidade será um modal que operará na região de maior densidade demográfica do país. Enfim, sugeriu que a ANTT se articule com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para viabilizar uma complementaridade entre os modais ferroviário e aéreo, criando oportunidades de desenvolvimento dos aeroportos regionais. O senhor **Vicente Bicudo**, da Arquiteto Vicente Bicudo S/C Ltda., discorreu sobre as experiências realizadas na década de 70 com o aerotrem e teceu críticas ao TGV francês.

As manifestações orais da manhã foram comentadas pelo senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David, Carlos Alberto São Tiago Hagström e Paulo Lins. Seguiu-se intervalo para almoço.

Às quatorze horas, o presidente reiniciou os trabalhos e concedeu a palavra ao senhores Paulo Lins e Ana Maria Neiva, que apresentaram, respectivamente e em linhas gerais, os

números da modelagem financeira/anexos técnicos da minuta do contrato de concessão e minutas de edital de licitação/contrato de concessão. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo.

O senhor **Marino Faria**, vereador de Jacareí/SP, solicitou esclarecimentos sobre a responsabilidade de desapropriação dentro do traçado referencial. O senhor **Vicente Abate**, da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária – ABIFER, sugeriu acréscimo de definições na minuta de edital e de anexo ao edital contendo mapas que mostram a capacidade da indústria ferroviária instalada no Brasil. Solicitou, também, que seja explicitada no edital a preferência para a fabricação dos itens ferroviários pela indústria local e a criação de protocolo de intenções a ser assinado pelo Governo Federal e ABIFER/SIMEFRE para regular estes fornecimentos, preferencialmente constando no edital. O senhor **Marcos Paulo Campos Ferreira**, estudante, questionou por que os recursos investidos no TAV não são alocados em vários segmentos de transporte, como metrô e trens nas capitais e em suas regiões metropolitanas; e também em reformas de aeroportos e estradas. O senhor **Fernando Fantauzzi**, da Interglobal Empreendimentos, Participações e Representações Ltda., alegou que no modelo atual do edital de licitação do trem de alta velocidade, divulgado em dezembro de 2009 pela ANTT, não consta remuneração pelos estudos de viabilidade do TAV apresentados pelo consórcio de empresas Interglobal, Siemens e Odebrecht entregues ao Governo Federal em outubro de 2004. Acrescentou que muitos pontos fundamentais coincidem com aqueles dos estudos entregues em outubro de 2004, sob pena de que serão tomadas medidas judiciais cabíveis caso isso não ocorra. O senhor **João Afonso Freire de Carvalho**, da J.A Freire Consultoria, perguntou se a responsabilidade do poder concedente referente às desapropriações ocorrerá por trecho ou globalmente (R\$ 2,26 bilhões). O senhor **Adalton Paes Manso**, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, indagou se os valores tecnológicos não são considerados na análise das propostas. Ponderou, ainda, que a aprovação oficial e pública do EIA–RIMA (cujo procedimento é mais complexo que a licença prévia) é pressuposto para a elaboração do traçado definitivo e que o Ministério Público poderá embargar o andamento dos projetos. Questionou, assim, como será encaminhada a questão. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, requereu modificação na minuta do edital de licitação para assegurar características técnicas de traçado (em especial, localização de estações), que não devem ficar ao arbítrio dos proponentes. Destacou, então, a necessidade de uma estação obrigatória em São José dos Campos. O senhor **Ho Song**, da Trends, questionou se os custos relacionados à transferência de tecnologia serão adicionados ao projeto e, se na transferência, é obrigatório o fornecimento do código-fonte dos softwares utilizados em equipamentos.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Carlos Alberto São Tiago Hagström, Paulo Lins e Ana Maria Neiva. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

O senhor **Cláudio Carelli**, da Associação dos Concessionários e Usuários do Aeroporto Campo de Marte – ACECAM, perguntou em que momento ocorrerá a definição do local das estações não preestabelecidas e quem será responsável pela negociação com o governo do estado e prefeituras. O senhor **Fernando Fantauzzi**, da Interglobal Empreendimentos, Participações e Representações Ltda., reiterou as colocações que foram entregues à mesa por escrito na etapa anterior. O senhor **Maurício Jayme e Silva**, da BKBG Advogados,

perguntou se existe alguma fórmula ou equação que viabilize a reversão dos recursos extraordinários para fins tarifários ou se isso será posteriormente definido por alguma norma. O senhor **Alexandre Atiê Murad**, da Atiê Murad Advogados, perguntou qual será o papel da BM & F, Bovespa no processo e que custos serão gerados aos licitantes em relação a essa participação. Questionou, ainda, a real necessidade de um corretor e quais seriam seus custos de remuneração. O senhor **Jean Carlo Pejo**, da J.C.PEJO Consultores Associados, indagou se no sistema do trem de alta velocidade é possível a prestação de outros serviços que não o relativo ao transporte de passageiros. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, em linhas gerais sugeriu que no edital haja mínimos requisitos para a definição do local das estações e manifestou satisfação com novos investimentos em transporte ferroviário no país. O senhor **Marino Faria**, vereador de Jacareí/SP, solicitou que no edital seja contemplada indenização aos proprietários de áreas urbanas ou rurais que estejam fora da área de referência, mas que sejam atingidas de forma depreciativa em sua valorização ou utilização. Por fim, informou que a cidade de Jacareí se coloca à disposição pra receber tanto a estação de embarque como a estação de manutenção. O senhor **Samuel Gomes**, da Ferroeste S/A, comentou a relevância de implantar o TAV entre Curitiba e São Paulo e os impactos positivos em toda região. Destacou, inclusive, a existência de engenheiros no estado do Paraná que há anos estudam projetos, tecnologia e traçado para esse trem de alta velocidade. O senhor **Paulo Roberto Souza**, da Palax Representações & Eventos Ltda., fez questionamentos sobre o desenvolvimento da velocidade do trem e o cumprimento de tempo de viagem, considerando a proximidade entre algumas estações e o tempo necessário para o embarque e desembarque de passageiros. O senhor **Marcos Paulo Campos Ferreira**, estudante, questionou se haverá estações de integração com os meios de transportes urbanos e metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro e, ainda, se há previsão para construção de novas linhas do TAV interligando Curitiba - Belo Horizonte e Goiânia - Brasília.

As manifestações orais da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David, Carlos Alberto São Tiago Hagström, Paulo Lins e Ana Maria Neiva.

Registre-se que foram recebidas e protocoladas três contribuições escritas dos senhores: Roberto Simão e Adalton Paes Manso, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos; Vicente de PB Bicudo, da Arquiteto Vicente Bicudo S/C Ltda., e Osório Vilela Filho, que não foram lidas por terem sido entregues à mesa após a etapa de registro e leitura das manifestações escritas. Não obstante, constarão do relatório final da audiência pública.

Não havendo mais contribuições, o presidente informou que a ata da sessão e o relatório da audiência serão, oportunamente, disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Conforme art. 9º, §1º e §2º, da Resolução ANTT nº 3026/2009, esta ata foi lavrada pela secretária e subscrita por ela e pelo presidente da audiência.

São Paulo, 13 de janeiro de 2010.

Nilo Moriconi Garcia
Presidente da AP nº 103/2009

Rafaela Paiva Brandão Lino
Secretária da AP nº 103/2009